

TURISMO EM ESPAÇO RURAL, A EXPERIÊNCIA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Brígida Rocha Brito

PhD em Estudos Africanos

Instituto Social das Ciências do Trabalho e da Empresa - ISCTE, Lisboa

e-mail: brigidabrito@netcabo.pt

Resumo

Ao longo do tempo, e a nível internacional, o turismo rural adquiriu importância crescente, sendo o seu incremento uma das preocupações evidenciadas pelos diferentes actores socioeconómicos e políticos: o Estado, os empresários, nacionais e estrangeiros, as comunidades locais e os visitantes. No presente artigo será apresentado o caso de São Tomé e Príncipe, objecto de estudo da minha tese de doutoramento, propondo-me, neste contexto, analisar a importância dos projectos agroturísticos, caracteristicamente integrados, no sentido do envolvimento das comunidades locais, incentivando a participação e o “empowerment”, evidenciando ainda preocupação com a preservação ambiental e a protecção de espécies.

Palavras-Chave

Turismo Alternativo; “Empowerment”; Desenvolvimento Sustentável

Abstract

During time, the rural tourism acquired increasing importance on the international context. The improvement of the sector has been the target of different social, economic and political actors as the State, the entrepreneurs, nationals and

foreigners, the local communities and the visitors. In this paper it will be presented the Sao Tome islands, case that had been analyzed in my PhD research. In this context, I propose to analyze and to present the importance of the agro-tourism projects, typically integrated, relating the local communities integration and enveloping, the natural ambient care and the species protection, motivating people for the participation and the empowerment actions.

Key Words

Alternative Tourism, Empowerment, Sustainable Development

1. Questões introdutórias e metodológicas

O presente texto é o resultado da investigação no âmbito do Doutoramento em Estudos Africanos Interdisciplinares em Ciências Sociais¹ (ISCTE), cuja tese se intitulou “Turismo Ecológico: Uma Via para o Desenvolvimento Sustentável em São Tomé e Príncipe”.

Com base na pesquisa e na análise desenvolvidas, procurámos apresentar um contributo no sentido de repensar de que forma os produtos turísticos alternativos, integrando diferentes actividades e relacionando o ambiente com as comunidades locais, potenciam o desenvolvimento sustentável, por serem considerados meios privilegiados de promoção dos processos de mudança, em contexto insular. Por um lado, equacionámos que as motivações da procura turística alternativa se relacionam, de forma natural e espontânea, com a preservação do meio ambiente, mas também com o respeito dos traços culturais das comunidades de acolhimento. Por outro lado,

¹ A investigação foi orientada pelo Prof. Doutor Rogério Roque Amaro e financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Ministério da Ciência e do Ensino Superior, no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio, participado pelo Fundo Social Europeu e por fundos nacionais do MCES – POCTI, Formar e Qualificar, Medida 1.1., Praxis XXI/BD/21478/99

considerámos que encerram uma dimensão de responsabilização dos diferentes actores envolvidos, nomeadamente os visitantes e os visitados.

Dada a especificidade do tema e do país em análise foi valorizada a interdisciplinaridade, pelas vantagens que a recolha de contributos de diferentes disciplinas científicas encerra. De forma relacionada, no decorrer da investigação, foi privilegiada a conjugação de diferentes técnicas de recolha de informação, bem como de tratamento, viabilizando a análise. A metodologia seleccionada para a pesquisa fundamentou-se no estudo de caso (Bell, 1997: 22), por permitir a análise de realidades concretas e por reunir um conjunto de vantagens, tais como: ser adequada a pesquisas desenvolvidas por investigadores individuais; implicar uma recolha sistemática de informação acerca do caso em estudo, previamente identificado; permitir a utilização de diferentes técnicas de pesquisa, e estabelecer relações entre as variáveis contextuais e explicativas consideradas para a análise; proporcionar um estudo aprofundado de situações particulares, no decurso de um período de tempo.

A pesquisa abrangeu o universo² das iniciativas de turismo em espaço rural, em funcionamento ou que se encontravam em revitalização, visto que: em São Tomé e Príncipe, os complexos de turismo alternativo coincidem maioritariamente com as iniciativas agroturísticas; o turismo rural, resultante de projectos integrados, encontra-se em fase de implementação, pelo que o número de iniciativas em funcionamento é limitado; a taxa de ocupação das unidades de alojamento é reduzida; a actividade turística, incluindo a promovida em meio rural, não apresenta sazonalidade, evidenciando fracas oscilações ao longo do ano.

Numa fase inicial foi dada prioridade à associação entre a pesquisa bibliográfica, que permitiu a fundamentação teórica, e pesquisa documental e estatística, no sentido de proceder ao enquadramento e à caracterização da realidade

² No âmbito da pesquisa para o doutoramento, a realidade em estudo foi mais abrangente do que a apresentada no artigo, sendo objecto de análise todas as iniciativas de turismo ecológico: os complexos agroturísticos e um resort, dotados de alojamento; os percursos de observação, terrestres e marítimos, organizados formal e informalmente pelos diferentes promotores; uma iniciativa de turismo de aventura.

santomense, com base num conjunto de indicadores previamente identificados, tais como os sociodemográficos, os políticos, os económicos e os culturais. Neste sentido, procurou destacar-se a importância dos projectos agroturísticos integrados, que, pelos traços caracterizadores inerentes e pela natureza insular do caso africano em estudo, são entendidos como potenciadores de mudança social a vários níveis.

Numa fase posterior, e no decurso da pesquisa no terreno, privilegiámos, do ponto de vista metodológico, o estudo de caso intensivo, incluindo a totalidade de iniciativas agroturísticas, e analisadas de forma exaustiva as experiências existentes, considerando-se que, em São Tomé e Príncipe, o turismo se revelou uma actividade emergente e potencial. Assim, foi estrategicamente definido um critério plurimetodológico, de conjugação de diferentes técnicas, entre as quais os contactos informais e exploratórios e as entrevistas semidirectivas a diferentes actores socioeconómicos e políticos, entre os quais representantes do Estado, promotores dos projectos estudados e representantes comunitários.

Paralelamente, foi desenvolvida a técnica da observação directa, prosseguida no decurso de visitas às iniciativas estudadas, com e sem estadia, em diferentes momentos temporais, que viabilizaram o estabelecimento de contactos com os promotores, os empregados, as comunidades locais residentes e compreender as relações entre os diferentes actores envolvidos e o meio natural, particularmente no que concerne às preocupações com a preservação ambiental e com a protecção de espécies, eventualmente ameaçadas de extinção.

Durante o período em que a pesquisa no terreno decorreu, foi adoptado um múltiplo registo de informação, com um carácter sistemático e contínuo, decorrente da observação possível da realidade envolvente, dos espaços, dos objectos, dos comportamentos e das atitudes dos actores sociais envolvidos. Com esta preocupação, foi elaborado um diário escrito da pesquisa, complementado por registos audio e fotográficos, que permitiram a fundamentação completa da análise da informação.

No presente texto é apresentada a temática específica do desenvolvimento sustentável, com base na análise das experiências integradas de agroturismo em actividade na República Democrática de São Tomé e Príncipe. O estudo de caso intensivo, com inclusão da totalidade das experiências em curso, concentrou-se, do ponto de vista geográfico, na ilha de S. Tomé³, tendo sido analisados os cinco projectos existentes: Roça de S. João, Roça de Bombaim, Roça de Monte Forte, Roça do Chamiço e Roça da Colónia Açoreana. Estas experiências diferenciam-se e distinguem-se por um conjunto de factores principais, que podem ser enunciados de forma sistemática: os objectivos aquando da implementação do projecto; o historial desde a sua constituição; o grau de envolvimento dos promotores na recuperação arquitectónica; o nível e o tipo de participação das comunidades locais na vida do projecto; a especificidade de serviços oferecidos; os resultados obtidos. Os pressupostos conceptuais de base foram:

1. O envolvimento e a participação das comunidades locais no quotidiano dos projectos;
2. A relação entre os projectos e o meio, ou seja as acções concretas tendentes à preservação ambiental e à protecção de espécies.

2. Principais conceitos em análise: as abordagens alternativas do desenvolvimento

As abordagens alternativas do conceito de desenvolvimento concebem o processo a partir de um conjunto de dimensões que as correntes convencionais não enunciavam de forma explícita, evidenciando: a dimensão comunitária, fundamentada na participação das comunidades locais, com envolvimento das

³ A opção pela não inclusão da Ilha do Príncipe no estudo justifica-se pelo facto de, em tempos, ter existido uma experiência agroturística, na Roça Belo Monte, que aquando da pesquisa se encontrava desactivada.

populações no processo de mudança, mediante a prossecução de acções individuais ou através do papel interventor de grupos e instituições; o “empowerment”, baseado na capacidade local de decisão, reconhecida às populações, de programação e de desenvolvimento de actividades; as novas perspectivas conceptuais de base territorial, que viabilizaram o aparecimento de novas referências territoriais complementares ao protagonismo tradicionalmente atribuído ao Estado, destacando-se o infranacional ou local.

A inovação conceptual e teórica das abordagens alternativas fundamentou-se no protagonismo da população, através das aldeias comunitárias (Silva, 1999: 498), no sentido da melhoria das condições de vida das comunidades: económicas, bem estar social, valorização cultural, satisfação de necessidades básicas⁴, equidade, justiça e segurança, entre outras (Dag Hammarsköld Foundation, 1982: 13; Amaro, 2004). Assim, considerou-se que, para que um indivíduo pudesse subsistir de forma digna, era necessário satisfazer um conjunto de requisitos (Friedmann, 1992: 59) de consumo, bem como relacionados com a participação na tomada de decisões.

As abordagens alternativas, principalmente de âmbito local, adquiriram particular importância após a década de 80 (Syrett, 1995: 1-4; Stöhr, 1990: 33; Duncan, 1986), sendo identificadas com a possibilidade de minimizar os problemas endógenos sentidos a nível local, passando o desenvolvimento a estar directamente dependente de três princípios básicos (Korten, 1992: 61):

1. a justiça equitativa, como meio de assegurar os padrões mínimos de condições de vida,
2. a sustentabilidade, mediante a utilização racional dos recursos pela população local, no presente e no futuro,

⁴ A questão das necessidades básicas (Silva, 1965: 35) foi apresentada e discutida pela Organização Internacional do Trabalho em 1976 e pelo Banco Mundial. Os requisitos mínimos respeitam a: consumo privado (alimentação e vestuário); consumo colectivo (água canalizada, saneamento básico, transportes públicos, saúde e educação); emprego; participação na tomada de decisões que afectam as populações.

3. a inclusividade, pela pertença a um grupo, reconhecendo a capacidade de intervenção e de participação no processo de mudança.

O desenvolvimento passou a ser entendido com base numa concepção multidimensional e integrada, reunindo as diferentes dimensões da vida social, favorecendo a adoção de uma abordagem interdisciplinar, na identificação dos problemas, na mobilização dos recursos, na intervenção e na execução. Esta é a perspectiva “from below”, territorialista ou local (Amaro, 1990; Henriques, 1990a; 1990b), de orientação ascendente, que valoriza a proximidade da população em relação aos problemas sentidos.

O desenvolvimento local pode ser definido como o “processo de mudança, centrado numa comunidade territorial, que parte da constatação de necessidades não satisfeitas, às quais se procura responder prioritariamente a partir das capacidades locais, o que pressupõe uma lógica e uma pedagogia de participação, em articulação necessária e fertilizadora com recursos exógenos, numa perspectiva integrada e integradora, o que implica uma dinâmica de trabalho em parceria, com um impacto tendencial em toda a comunidade e com uma grande diversidade de caminhos, protagonismos e soluções” (Amaro, 1999: 38).

Tal como foi referido para a dimensão local, a participação, enquanto estratégia, adquiriu importância, pela valorização dos traços característicos principais apresentados por Korten (1992: 61): a inclusividade; a equidade; a sustentabilidade, considerando a população, não apenas como beneficiária mas antes de mais, como o agente privilegiado do processo de mudança (Friedmann, 1992: 4), político, económico ou sociocultural, promovendo as condições necessárias e incentivando o envolvimento directo, motivado e responsável, das comunidades.

A mobilização das capacidades reconhecidas às populações e a dinamização da iniciativa local, com o objectivo da prossecução de medidas e de acções integradas e inovadoras, no sentido da melhoria das condições de vida e de trabalho, é um dos principais contributos das abordagens alternativas de natureza participativa. Neste

contexto pode falar-se em desenvolvimento centrado na população, já que, principalmente numa fase inicial, o empenho, o envolvimento, o reconhecimento da importância atribuída aos recursos locais, à produção local destinada ao auto-consumo e à satisfação das necessidades enógenas são entendidos como factores prioritários.

Enquanto abordagem alternativa, a estratégia participativa pressupõe a identificação, o reconhecimento e o reforço identitário, a partilha de objectivos comuns e o trabalho colectivo, reflectindo sentimentos de pertença e de autonomia. O desenvolvimento participativo, de base territorial local, apresenta vantagens, que podem ser sistematizadas (Amaro, 1991), com base num conjunto de factores, tais como:

1. implica a existência de proximidade em relação aos problemas, identificando as necessidades e os meios adequados para a sua resolução,
2. pressupõe a mobilização de capacidades e potencialidades,
3. possibilita uma intervenção interdisciplinar de base sistémica,
4. reforça parcerias entre actores com intervenção territorial diferenciada.

No contexto das abordagens alternativas destacaram-se ainda as perspectivas ambientalistas e ecologistas⁵, dando origem ao conceito de desenvolvimento sustentável (Sachs, 1986), divulgado e repensado em diversos encontros internacionais e nos documentos resultantes: “Declaração de Nairobi” (1982); “Relatório Bruntland” (1987); “Agenda 21”, adoptada na “Cimeira da Terra” (1992); “Cimeira Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável” (2002).

Com base na tomada de consciência, e problematização, da existência de uma crise com contornos ambientais emergiu o conceito de ecodesenvolvimento,

⁵ As preocupações ecologistas surgiram associadas à crise económica e energética da década de 70 que resultou da acção humana não perspectivada a longo prazo.

equacionando o objectivo económico com a preservação ambiental e integrando as sociedades humanas no meio natural, através da procura de soluções para problemas específicos a nível local (Chaves, 1994: 106), tendo em conta as características ecológicas e culturais, as necessidades imediatas e futuras, remetendo, do ponto de vista teórico e conceptual, para o conceito de sustentabilidade.

Teoricamente tem-se considerado que, nos países pobres, a degradação ambiental tem sido promovida pela: exploração intensiva de recursos com fins produtivos; utilização frequente de materiais poluentes (Korten, 1992: 54) sem o tratamento adequado, provocando o empobrecimento dos terrenos cultiváveis, a desflorestação, a desertificação e a perda das capacidades regenerativas dos recursos hídricos.

O conceito de ecodesenvolvimento (Sachs, 1986; Riddell, 1981) prevê a utilização de recursos de forma controlada, reduzindo os desperdícios e minimizando os efeitos da degradação ambiental, entendendo ser fundamental a adopção estratégica de um “self-reliance”, conduzindo à sustentabilidade: consumir racionalmente no presente para usufruir no futuro (Moreno, 2002: 145; Davis, 1999).

Uma das preocupações das abordagens ecológicas, ecocêntricas, promotoras de ecodesenvolvimento e, mais tarde, defensoras da sustentabilidade foi chamar a atenção para a necessidade de salvaguardar o desenvolvimento futuro, evitando a destruição de recursos não renováveis no presente. Esta problemática levantou pistas de reflexão no que respeita aos efeitos decorrentes do ideal de rápido e intenso crescimento, atendendo para a dependência de toda a actividade humana em relação ao meio ambiente natural (Comissão Mundial do Ambiente e do Desenvolvimento, 1987: 12).

A sustentabilidade foi entendida como uma estratégia promotora de transformações, orientada para a utilização controlada de recursos, com o objectivo de garantir o bem estar social associado à preservação ambiental. Os objectivos (Redclift, 1992; Dieren, 1995: 86; Pearce, 1996) estratégicos passam pela redução de

vulnerabilidades, garantindo a satisfação das necessidades básicas e de bem estar, através da integração de um conjunto de variáveis.

O conceito mais alargado de sustentabilidade pressupõe uma dimensão temporal de longo prazo e foi definido a partir da conjugação de diferentes dimensões (Comissão Mundial do Ambiente e do Desenvolvimento, 1987: 17; Harris, 2001), tais como a humana, a sociodemográfica, a económica, a ambiental e a política. O desenvolvimento fundamentado na sustentabilidade reúne três dimensões – a equidade económica, o equilíbrio ambiental e a harmonia social (Chaves, 1994: 107; Moreno, 2002: 154; Harris, 2001).

De acordo com os contributos das abordagens alternativas apresentados, o desenvolvimento deixa de ser considerado a partir de um único pressuposto teórico paradigmático, encerrando uma dimensão sistémica. O processo de mudança deixa de ser definido e caracterizado em função de uma única dimensão, passando a ser entendido como multidimensional, global e integrado (Amaro, 1998; 1999; Silva, 2000). A abordagem requerida é de natureza interdisciplinar, atendendo para a diversidade de componentes interrelacionadas que o caracterizam.

Do ponto de vista estratégico, as abordagens alternativas viabilizaram a emergência de novas propostas, adaptadas às realidades, recorrendo à adopção de medidas sectoriais radicadas na identificação de prioridades e fundamentadas nas características locais (Friedmann, 1992; Amaro, 1999; Syrett, 1995; Moreno, 2002). O protagonismo da mudança foi revisto, fundamentando-se na importância atribuída às necessidades sentidas pela população (Silva, 1999), associada à revalorização das capacidades reconhecidas às comunidades locais (Friedmann, 1992; Zapata, 2001) e das potencialidades endógenas, regionais e locais (Amaro, 1999; Henriques, 1990a; Syrett, 1995). Os novos conceitos de desenvolvimento equacionam, neste contexto, o ideal de participação e de protagonismo activo da população.

Das novas abordagens emergiu uma nova relação com o meio ambiente (Sachs, 1986; Marques, 1998b; Davis, 1999; Moreno, 2002), tendente à valorização dos recursos naturais e a uma crescente preocupação com a preservação da fauna e da

flora, com valorização de recursos hídricos, envolvente balnear, meios florestas e regiões montanhosas.

As pistas enunciadas pelos novos conceitos de desenvolvimento, denominados de alternativos, podem ser sistematizadas com base na classificação, em “fileiras” (Amaro, 2004): a ambiental; a das pessoas; a das comunidades; a dos Direitos Humanos. Assim, podem referir-se:

- a valorização da multidimensionalidade, respeitando as possíveis opções estratégicas,
- a identificação do ideal participativo, concebido como o principal meio de promoção da mudança, pelo exercício da cidadania e do envolvimento comunitário,
- a emergência de novos protagonismos, individuais e colectivos, públicos, privados e associativos, dinamizando as potencialidades e recorrendo ao conceito de “empowerment”, no sentido do reforço das capacidades dos actores envolvidos,
- o apelo para novas referências territoriais, valorizando a localidade,
- o surgimento de uma nova relação com o meio ambiente, apelando para a noção de sustentabilidade, baseada numa tripla fundamentação: a solidariedade entre as gerações; a relação entre a gestão ambiental e o processo de mudança; a dimensão temporal da durabilidade.

3. As novas formas de turismo

Ao longo do tempo a actividade turística tem sido objecto de estudos, dando origem a diferentes abordagens, dependendo: da ideologia dominante; das tendências e das variações do fenómeno a nível internacional, nacional, regional ou local; das motivações inerentes à procura de ambientes diferentes do de residência habitual, distantes no espaço e apresentando traços distintos.

O turismo pode ser definido (Joaquim, 1994: 11; 1997: 75) como um fenómeno social de origem recente, dotado de características particulares (Baptista, 1990; Joaquim, 1994; Lanfant, 1991): é um fenómeno social, que implica deslocação temporária, sem que se verifique, transferência do local de residência; as motivações não têm origem económica e relacionam-se normalmente com o lazer⁶; implica a descoberta de elementos culturais e valorativos diferentes pelo estabelecimento de relações com o meio natural envolvente; é uma actividade que pressupõe relações económicas de produção e de consumo. Uma das formas mais valorizadas de lazer é o turismo, considerado como o principal sector de actividade económica pela capacidade de promover desenvolvimento, no âmbito da economia dos serviços (Vieira, 1997).

Ao longo do tempo, a prática turística foi alvo de transformações, primeiro passando de caracteristicamente elitista para massificada⁷ e, numa fase posterior e mais recente⁸, de massificada⁹ para personalizada. Actualmente verifica-se uma diversificação de práticas, em função de um conjunto de factores, entre os quais a motivação do viajante, as características do destino e o orçamento disponível para a

⁶ O termo lazer – “licere” em latim – significa ser permitido, sendo definido com base na contextualização da vida social e dos modelos culturais dominantes, encerra um sentido de liberdade, escolha e satisfação pessoal.

⁷ A evolução no sentido da massificação resultou no alargamento dos destinos de férias, privilegiando-se o turismo balnear no sul da Europa, na América Latina e em destinos qualificados de exóticos. A democratização turística, “turistificação” (Joaquim, 1994: 42; Cunha, 1997: 72) ou “massificação turística” reúne um conjunto de traços: a vulgarização da acessibilidade a férias fora do local de residência habitual; a valorização da oferta padronizada à imagem europeia no que respeita a alojamentos; a oferta de produtos turísticos a baixos custos e financeiramente acessíveis; as potencialidades balneares e de veraneio, sem preocupação explícita com a preservação ambiental e cultural das comunidades receptoras.

⁸ A alteração na forma como se entende o processo turístico foi consagrada pela “Conferência de Manila” (Lanfant, 1991) em 1980, valorizando-se uma nova concepção do turismo, ultrapassando os objectivos unicamente económicos, equacionando um conjunto diversificado de dimensões, entre as quais a económica, a social, a cultural, a ecológica e a ambientalista.

⁹ Este foi o período por excelência do agravamento da carga nas três vertentes (Joaquim, 1997) – ecológica, social e turística. A ecológica significa o nível a partir do qual ocorrem os impactos ecológicos negativos, com consequências prejudiciais para o futuro; a social é o nível a partir do qual ocorrem mudanças sociais não desejáveis na comunidade de acolhimento; a turística representa o nível a partir do qual as experiências dos visitantes se revelam insatisfatórias.

viagem. O sector do turismo tem adquirido, a nível internacional, uma importância crescente, sendo entendido como um potencial meio de dinamizar a economia, de modernizar as infraestruturas, de criar novos postos de trabalho e de requalificar a mão-de-obra. É um sector que tem sido perspectivado como pólo de atracção do desenvolvimento socioeconómico: pelas receitas geradas e retidas; por permitir a criação de relações com outros sectores de actividade (o agropecuário, as pescas, a indústria, o comércio e os serviços); por exigir uma atenção particular no que respeita aos meios envolventes, natural e sociocultural. O turismo pode contribuir para uma múltipla valorização, de âmbito sociocultural, económico e ambiental. Sociocultural, ao promover a divulgação da cultura popular, das práticas tradicionais e das formas de expressão artística ancestrais, fundamentadas na tradição oral e no costume e ameaçadas de perda, da preservação patrimonial, histórica e arquitectónica, bem como da promoção das formas artísticas emergentes. Económica, pela capacidade de incentivar e dinamizar actividades produtivas complementares, criando postos de trabalho e melhorando as condições de vida e de trabalho da população activa, mas também retendo divisas e valorizando o investimento produtivo, promovendo a revitalização do tecido empresarial. Ambiental, ao criar condições para que a preservação ambiental e a protecção de espécies se efective, através da criação de áreas protegidas e de reserva natural.

As “Novas Formas de Turismo” (NFT) resultaram de um conjunto de alterações internacionais, de âmbito político, económico, ecológico (Davidson, 1992), social e cultural, sentidas após a década de 80. A nova abordagem adequou-se à filosofia da “Conferência de Manila” (Joaquim, 1997: 75): a preservação ambiental, ecológica e patrimonial associada à optimização da utilização dos recursos turísticos, entre os quais o património natural e paisagístico, arquitectónico, histórico e cultural.

A partir da “Conferência de Manila”¹⁰ uma nova terminologia foi valorizada, permitindo a criação de categorias tipológicas opostas: o “antigo turismo”,

¹⁰ Após a “Conferência de Manila” proliferaram encontros, nos quais foram produzidos documentos, traduzindo a necessidade de promover o turismo sustentável: a “Carta do Turismo” e o “Código do

caracterizado pela massificação; o “novo turismo”, marcado por uma atitude responsável, no que respeita ao ambiente e à cultura, por parte dos diferentes actores envolvidos. As décadas de 80 e de 90 foram definidas como o período do “small is beautiful”¹¹ do turismo (Joaquim, 1997: 74), tendo os denominados hotéis verdes¹² adquirido importância, e sendo defendida a adopção de medidas, como: a propriedade e a exploração nacional e local das unidades turísticas; a construção integrada, utilizando materiais locais; a prévia planificação arquitectónica; a integração ambiental; o emprego de mão-de-obra local; a utilização de recursos alimentares produzidos localmente.

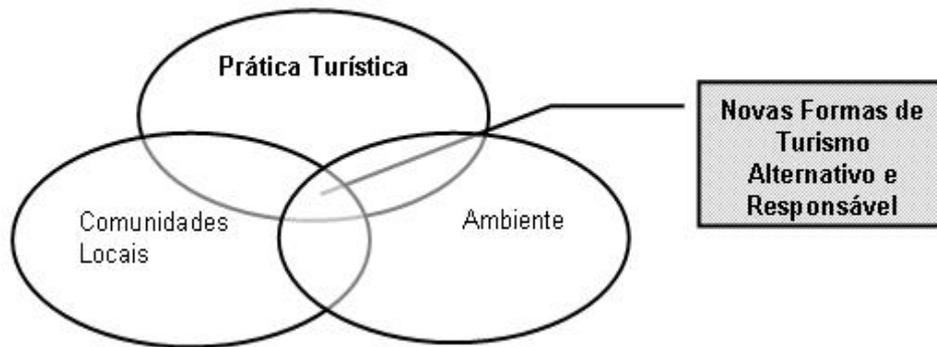
As NFT (cf. Esquema nº 1) resultam da articulação entre três dimensões equitativas: o turista, as comunidades locais e a natureza, requerendo uma atitude de co-responsabilização, no sentido da preservação ambiental e cultural, de forma partilhada entre os actores envolvidos. As NFT não privilegiam nenhum dos segmentos turísticos em detrimento dos restantes, reconhecendo uma multiplicidade de práticas e de formas de viajar, desde que de forma responsável.

Esquema nº 1 – Surgimento das Novas Formas de Turismo

Turista” (1985), a “Declaração de Tamanrasset” (1989), a “Declaração de Haia sobre o Turismo” (1989), a “Declaração do Quebec sobre o Ecoturismo” (2002), entre outros.

¹¹ É efectuada uma analogia, recorrendo à expressão apresentada, para a problemática tecnológica, por Schumacher - “small is beautiful”.

¹² O turismo verde é identificado com a expressão “take nothing but photographs, leave nothing but footprints”, encerrando o objectivo da preservação ambiental e cultural, garantindo a durabilidade.



Fonte: Brito (2004)

As NFT não se distinguem pelas características do destino, mas pelo comportamento do viajante na relação com o meio natural, social, cultural e histórico, centrando-se na oferta de destinos onde seja valorizado o personalizado, permitindo a emergência de novas tipologias conceituais (Joaquim, 1997; Baptista, 1990), com identificação de novas categorias de turismo.

As NFT valorizam as particularidades, o típico, o tradicional e o histórico, a simbologia da “autenticidade procurada” pelo turista no decurso da viagem (McCannel, 1973), aspectos considerados perdidos nos países de origem, mas que não são encontrados na totalidade, não passando, na maioria das situações, de uma representação, em que os ambientes são recriados com o objectivo de serem admirados pelo turista. As formas de turismo alternativo são associadas à autenticidade, conotada com a identidade cultural (Joaquim, 1997: 77) das comunidades de acolhimento.

O “ideal do retorno” encontra-se associado à procura da autenticidade, pela possibilidade de se contactar com culturas tradicionais (Lanquar, 1985; Joaquim, 1997: 78), sendo os contactos interculturais promovidos pela prática turística. No decorrer do período de férias estão reunidas as condições para que os encontros se efectivem, assim como a troca de experiências.

McCannel (1973) distingue as denominadas “regiões de fachada” das “regiões de bastidores”: as primeiras, recriadas a partir da representação de situações reais, carregadas de artificialismo; as segundas, genuínas, vivenciadas pelas comunidades de acolhimento e fazendo parte do seu cotidiano (Fortuna, 1996: 10), mas raramente encontradas. O turista, sem ter conhecimentos para distinguir as duas situações, contacta a “autenticidade encenada” (Joaquim, 1997: 81), entendendo-a como verdadeira. A viagem promove o “culto pela distração” (Kracauer, citado por Fortuna, 1996: 10), pela distorção da realidade, traduzindo o problema da autenticidade acima referido: o turista é motivado pela procura de ambientes autênticos, ou seja comportamentos, atitudes e hábitos entendidos como espontâneos, tradicionais e diferentes dos encontrados nas sociedades de origem.

Por um lado, a prática turística resulta no reforço da identidade cultural, resultante de atitudes de resistências, como tentativa de protecção por parte das comunidades locais, face às influências externas exercidas pelo turista. A preservação cultural pode ser evidenciada pela língua e dialectos locais, da religião, das festas e dos rituais, dos valores e da transmissão através do costume e da tradição oral, garantindo a manutenção dos traços característicos (Barré, 1997: 16). Por outro lado, representa um incentivo à preservação cultural, pela valorização da autenticidade dos traços culturais existentes, da originalidade, da diferença, da particularidade e da especificidade sociocultural.

Na prática turística, tem-se verificado um incremento da denominada “civilização dos tempos livres” associada à “civilização do conhecimento”, em que os tempos livres são entendidos como momentos privilegiados, não só de lazer, mas também de conhecimento (Vieira, 1997: 37).

De uma forma geral, o turismo alternativo (Weaver citado por Vieira, 1997: 42) é geograficamente disperso, podendo implementar-se tanto em meios costeiros, como rurais, caracterizando-se pela baixa densidade e pelo controle dos impactos. Os empreendimentos são de pequena escala, a propriedade familiar ou de pequenas e médias empresas, sendo o mercado e o volume de negócios considerados baixos, não

se identificando mercados dominantes, fundamentando-se no meio ambiente e promovendo actividades relacionadas com a envolvente natural e cultural. A actividade turística não se encontra dependente da sazonalidade, sendo entendida como um segmento económico suplementar, fundamentado noutros sectores produtivos, que o garantem, tal como o agropecuário e o piscatório, minimizando a necessidade de recorrer a mecanismos internacionais de abastecimento. De forma consequente, os benefícios económicos obtidos com o desenvolvimento da actividade são retidos localmente, podendo dar origem a novos investimentos.

Na actualidade, as práticas turísticas apresentam diversificação, sendo possível a coexistência de diferentes formas¹³, tendo sido privilegiada no estudo a categoria do “Turismo de Natureza, Ecológico e Rural” (Vieira, 1997: 49), que se fundamenta no contacto com a natureza, associando o lazer e a distração ao descanso, mas também à aprendizagem cultural e etnográfica.

Esta é uma categoria frequentemente definida em função do meio envolvente, podendo ser denominado de: verde, em contexto florestal, zonas rurais ou campestres; branco, se for desenvolvido em meios caracterizados pela neve; azul, quando o mar é o principal recurso natural.

A Organização Mundial de Turismo (OMT) apresentou sete tendências (Lanfant, 1995: 68) das NFT, que permitem sistematizar:

1. O contraste relativamente ao quotidiano, representando ruptura, evasão, procura de locais com características ambientais e sociais diferentes.
2. O meio natural preservado e pouco explorado: paisagens, parques e áreas protegidas.
3. A cultura, o património histórico e arquitectónico que reforçam a identidade.

¹³ Podem ser identificadas outras categorias tipológicas, dependendo dos autores de referência: de Recreio; de Repouso de Negócios; Cultural, Étnico e Histórico; Desportivo e de Aventura; Político; Religioso.

4. O turismo rural ambientalmente integrado: quintas e casas rurais.
5. A espiritualidade e a saúde: o desporto e as actividades recreativas ou de recuperação.
6. Os acontecimentos e o espectáculo: concertos musicais, espectáculos e festas.
7. Os congressos e as conferências.

As formas de turismo dependem, segundo Pearce (1993: 36-40), das motivações do turista, podendo ser caracterizadas pelo gosto pelas viagens, “wanderlust”, ou pelo gosto pelo sol, “sunlust”, respeitando a primeira ao gosto pelas viagens independentemente da época do ano, à procura de traços culturais, instituições, particularidades físicas e ambientais, enquanto que o gosto pelo sol tem um carácter sazonal, cujo objectivo é o usufruto dos recursos naturais heliotrópicos.

No que respeita às principais particularidades do destino, o turismo pode ser classificado (García, 1997: 41) com base num critério triplo: as particularidades naturais e ambientais; os elementos fabricados pelo homem, como museus, edifícios históricos, monumentos, cidades e ruínas; a hospitalidade, quando o traço mais valorizado respeita à forma como o turista é recebido e às relações interpessoais estabelecidas com as populações autóctones. Segundo Laurent (Cunha, 1997: 120) a deslocação turística pode estar associada a necessidades de natureza social, cultural e ambiental: a necessidade de natureza, explicitada pelo desejo de contactar com a paisagem, a fauna e a flora, em ambientes terrestres ou marinhos; a necessidade comunicacional, traduzida pela apetência para o conhecimento interpessoal, a descoberta cultural e etnográfica de costumes e hábitos diferenciados; a necessidade de mudança de meio natural ou de meio sociocultural; a necessidade de jogo, traduzindo a alternância de papéis e de funções sociais ou profissionais.

Quadro nº 1 - Tipologia de Turistas com base na selecção dos destinos turísticos

TURISTA		RECURSOS NATURAIS	CLIMA	DISTRACÇÃO	EQUIPAMENTOS CULTURAIS	CULTURA E COSTUMES	ACESSO
ALOCÊNTRICO	EXPLORADOR	Montanha Deserto Selva	Qualquer	Nenhuma	Nenhum	Qualquer	Remoto
ALOCÊNTRICO	AMANTE DA NATUREZA	Montanha Deserto Selva	Qualquer	Básica	Cultura	Diferente	Remoto
ALOCÊNTRICO	EXPERIMENTAL	Qualquer	Qualquer	Boa Individual	Museu Festival Teatro Arquitectura	Observar Interactuar	Qualquer
ALOCÊNTRICO	INDIVIDUAL	Pitoresco	Temperado	Boa Individual	Panorâmicos	Qualquer	Acessível Longínquo
MESOCÊNTRICO	GRUPO	Qualquer	Temperado	Alojamento	Secundário	Idêntico origem	Bom Seguro
PSICOCÊNTRICO	MASSIVO	Mar Areia	Sol Calor	Organizado	Nenhum	Idêntico origem	Massivo
PSICOCÊNTRICO		Nenhum	Idêntico origem	Local	Local	Idêntico origem	Local

Fonte: Adaptação de BULL (1994) in Brito (2004)

Procurando uma sistematização dos grupos categoriais (cf. Quadro nº 1), os turistas podem classificar-se, a partir de um triplo critério, apresentado e desenvolvido por Pearce (1993: 25) e por Ruschmann (1997: 94):

1. Psicocêntrico ou autocentrado, procurando ambientes familiares, onde é possível desenvolver actividades habituais, associando as vantagens dos destinos

heliotrópicos à diversão e à descontração, favorecendo a mudança de ambiente com padrões de conforto ocidentais.

2. Mesocêntrico, valorizando o meio, as viagens são organizadas e as actividades previamente programadas, recorrendo a infraestruturas e a empreendimentos hoteleiros de larga escala.

3. Alocêntrico, valorizando destinos pouco conhecidos, possibilitando a sensação da descoberta e da exploração, pelo prazer da novidade e da diferença, contactando com a natureza, as populações e as culturas, o alojamento é de pequena ou média dimensão, de exploração local, de qualidade satisfatória, a organização é elementar.

As vantagens da actividade turística, no contexto das NFT, podem ser classificadas (Cunha, 1997: 232) em social, económica, territorial, patrimonial e cultural. A social respeita à possibilidade das populações melhorarem as condições de vida; a económica, com a dinamização da actividade produtiva; a territorial, pela possibilidade de reduzir os desequilíbrios regionais; a patrimonial, pela capacidade de valorizar o património nacional; a cultural pela promoção da cultura.

O sector turístico no geral, e as NFT em particular, são dotados de um efeito dinamizador (Valls, 1996), podendo contribuir para o incentivo de outros sectores produtivos, através da adopção de medidas de responsabilização. Por um lado, estimula os sectores produtivos próximos, que o fundamentam, tais como a construção civil e as obras públicas, o mobiliário, o comércio, as infraestruturas, os transportes, a agropecuária, as pescas, o artesanato e a animação. Por outro lado, caracteriza-se por um efeito difusor, ao serem gerados benefícios emergentes da actividade, tais como rendimentos complementares.

As NFT influenciam as comunidades locais tanto ao nível macrossocial (García, 1997: 77) como microssocial. O primeiro, no sentido de provocar transformações socioculturais e económicas, o segundo pelos efeitos imediatos, de interacção entre os actores envolvidos, sendo evidentes os impactos nos diferentes

meios considerados: ambiental, considerando a preservação ou a degradação dos recursos florísticos e faunísticos com eventual perda de biodiversidade; sociocultural, com valorização da identidade comunitária, divulgando as práticas tradicionais ou alterando-as, mediante processos de aculturação; económico, com a introdução de padrões de consumo, criando novas necessidades.

Para a economia dos destinos turísticos, as NFT reflectem-se positivamente (Trindade, 1997: 9; Valls, 1996: 42; OMT, 1999: 30; Lima, 1997: 11), já que:

- Favorece a dinamização do emprego, a criação e a reconversão de postos de trabalho, bem como a qualificação profissional, independentemente do género, da idade e da origem étnica.
- Permite a revitalização do tecido empresarial local gerando lucros e posterior retenção.
- Viabiliza a cobrança de impostos como forma de auxiliar o financiamento da melhoria de infraestruturas e equipamentos sociais.
- Permite equilibrar a balança de pagamentos, representando uma fonte de rendimentos.
- Induz o desenvolvimento de outros sectores produtivos: agropecuária, pescas, sector extractivo, construção civil e obras públicas, transportes, produção têxtil, mobiliário e artesanato.
- Contribui para a minimização de assimetrias regionais.

A expressão NFT conduz ao conceito de Turismo Sustentável (Cunha, 1997: 198), consagrado na “Carta do Turismo Sustentável”¹⁴, preconizando que o desenvolvimento do sector deve assentar num conjunto de critérios, promotores de sustentabilidade, coincidentes com os princípios inerentes ao conceito de

¹⁴ A “Carta do Turismo Sustentável” resultou da 1ª Conferência Mundial sobre o Turismo Sustentado realizada em 1995, promovida pela Ecotourism Society.

desenvolvimento sustentável: ser economicamente viável e integrado sectorialmente; garantir o bem estar ecológico a longo prazo; ser socialmente equitativo. As preocupações evidenciadas na “Carta” procuram uma crescente responsabilização de três actores principais:

- o turista, vulgarmente entendido a partir de uma dimensão exclusivamente hedonista, de usufruto dos recursos disponíveis na busca do bem estar e do prazer, sem se envolver nas acções de preservação ambiental, de protecção de espécies e de respeito sociocultural pelas diferenças,
- os profissionais do sector, enquanto principais promotores da actividade,
- as comunidades locais, definidas como beneficiárias privilegiadas da dinamização turística e um dos seus protagonistas.

O turismo sustentável procura promover o desenvolvimento com um carácter de continuidade (OMT, 1999: 9-22), optimizando recursos, minimizando os resíduos provocados pelos excedentes e promovendo a melhoria da qualidade ambiental. O desenvolvimento turístico sustentável pode ser definido como o que privilegia a satisfação das necessidades dos turistas e das comunidades de acolhimento, protegendo e fomentando as potencialidades a valorizar no futuro

4. São Tomé e Príncipe, um pequeno Estado insular

São Tomé e Príncipe (STP) é um Pequeno Estado Insular em Desenvolvimento (PEID/SIDS), de natureza arquipelágica, situado junto à linha do Equador, no continente africano, na subregião da África Central, mais precisamente no Golfo da Guiné. Geograficamente, é constituído por duas ilhas principais – São Tomé e

Príncipe – e um conjunto de Ilhéus¹⁵, tendo na totalidade 1.001km², desigualmente repartidos¹⁶.

O clima é caracteristicamente tropical húmido (PNADD, s.d.: 19), podendo distinguir-se duas estações principais, a época das chuvas e a gravana, nas quais as amplitudes térmicas são mínimas, ao contrário da pluviosidade, que é abundante, atingindo os 6.000 mm anuais (PNUD, 2001: 2). As ilhas são de origem vulcânica, originando acidentes no relevo, evidenciados pelos cursos de água (PNUD, 1998: 10), predominando os picos e as grandes elevações montanhosas¹⁷, intercalados por vales, baías e praias. Do ponto de vista paisagístico, o país caracteriza-se por vegetação abundante e diversificada, sendo dotada de espécies endémicas, tanto de fauna como de flora, nomeadamente na principal mancha florestal, o Parque Natural Obô.

O arquipélago distingue-se da maioria dos Estados Africanos, não apenas pela insularidade, pelo isolamento e pela dimensão, mas sobretudo pelo percurso histórico: dominação colonial portuguesa durante um período de 500 anos¹⁸, com independência tardia; evolução sociodemográfica, cultural e política singulares; particularidades ambientais; especificidade do sector económico e produtivo.

Politicamente, São Tomé e Príncipe é uma jovem democracia, que adoptou o sistema democrático associado à liberalização económica no início da década de 90, após 15 anos de regime monopartidário, vivendo actualmente uma situação de instabilidade governativa, caracterizada por uma alternância no poder, evidenciando

¹⁵ Os únicos ilhéus habitados são o Ilhéu das Rolas (a sul de São Tomé) e o Ilhéu Bombom (junto ao Príncipe), sendo os não habitados: Santana, Cabras, Sete Pedras (adjacentes à Ilha de São Tomé) e Ilhéu Caroço ou Boné de Jóquei, Pedras da Galé, Tinhosas e Mosteiro (adjacentes à Ilha do Príncipe)

¹⁶ A São Tomé correspondem 859 km² (85.8% do território) e à ilha do Príncipe apenas 142 km² (14.2%).

¹⁷ Em São Tomé destacam-se: Pico de São Tomé (2.024 m.); Pico de Ana Chaves (1.636 m.); Pico Pinheiro (1.613 m.); Pico do Calvário (1.600 m.); Lagoa Amélia (1.488 m.); Pico Cabumbé (1.405 m.). No Príncipe; Pico do Príncipe (948 m.); Pico Mencerne (935 m.); Pico Carriote (839 m.).

¹⁸ A data da descoberta não é consensual, estando confirmados o dia e o mês: – 21 de Dezembro de 1470 ou de 1471 para o “achamento” da Ilha de São Tomé e um mês mais tarde do Príncipe a 17 de Janeiro. Os navegadores portugueses João de Santarém e Pêro de Escobar encontravam-se ao serviço de Fernão Gomes, arrendatário das terras africanas de D. Afonso V. O arquipélago tornou-se politicamente independente a 12 de Julho de 1975, podendo ser considerado como uma jovem democracia.

traços de conflitualidade, agravada pela recente negociação da exploração dos recursos petrolíferos.

Do ponto de vista demográfico, é um país jovem, já que cerca de metade da população tem idade infanto-juvenil, concentrando-se nas zonas urbanas e peri-urbanas, nomeadamente na região da capital, Água Grande, ou nos distritos adjacentes, resultando de processos migratórios internos, geradores de despovoamento e de desertificação rural.

O desenvolvimento das pequenas economias insulares, nas quais STP se integra, tem sido condicionado por um conjunto de factores constrangedores, tais como a insularidade e a dimensão¹⁹. Quanto à condição de insularidade, evidenciam-se traços característicos, entre os quais: a fragilidade dos ecossistemas e a vulnerabilidade face a catástrofes naturais; a inexistência de uma base produtiva sustentada anterior à independência; a ausência de um espaço económico regional envolvente, evidenciando dinamismo; o aumento dos custos da produção destinada ao consumo, originado pela distância, em relação aos principais centros comerciais internacionais e pela dependência externa; a fragilidade da rede de comunicações e a precariedade da rede de transportes; o isolamento.

No que respeita à dimensão, alguns aspectos caracterizadores são vistos como constrangedores: a fraca diversificação produtiva associada à concentração num limitado número de bens; a reduzida dimensão do mercado interno, traduzida pela fraca capacidade de consumo das populações e a ausência de economias de dimensão adequada; os elevados custos dos investimentos em infraestruturas básicas e de ligação; a excessiva dependência do comércio internacional.

Os elementos caracterizadores referidos são vulgarmente entendidos, como problemas estruturais comuns que conferem à generalidade dos PEID, e a STP em particular, um traço de fragilidade, tornando-os em realidades vulneráveis,

¹⁹ ESTÊVÃO, João (2000) Pequenos Estados Insulares, Conferência proferida em 25 de Fevereiro de 2000, Lisboa, Instituto de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE)/Centro de Estudos Africanos (CEA)

confrontando-os, de forma permanente, com situações de risco, como consequência da articulação de um conjunto de factores, entre os quais:

- a degradação ambiental, resultante da desflorestação contínua e não planeada, do monocultivo intensivo com objectivos de exportação, da erosão natural, da degradação dos recursos marinhos, nas zonas costeiras e balneares, assim como da contaminação da água, com perda da diversidade biológica animal e vegetal, do consumo excessivo e da influência de factores poluentes;
- os fenómenos naturais, muitas vezes imprevisíveis e de difícil controle;
- a distância em relação aos principais circuitos comerciais e financeiros.

Assim como existem factores que são entendidos de forma negativa porque condicionantes para o desenvolvimento principalmente de natureza económica, limitando-o, no que respeita à situação ambiental, as características da insularidade, da dimensão e do isolamento resultaram positivamente, em favor da preservação e da protecção do meio ambiente.

Do ponto de vista produtivo, a economia santomense, tal como a maioria dos PEID, é predominantemente marcada pelo sector primário²⁰, de contornos tradicionais, apoiado por técnicas artesanais, destinado ao consumo local, sendo pouco rentável no que respeita ao comércio internacional, tendo como actividades principais a agricultura, a pecuária e a pesca. De forma associada, tem-se registado um incremento das actividades do sector terciário, marcadas pela informalidade²¹,

²⁰ A dependência económica do sector primário pode ser, em parte, explicada pelo percurso histórico. São Tomé e Príncipe foi uma colónia produtora e exportadora de monoculturas, passando por ciclos produtivos: do açúcar, do café e do cacau, produtos que adquiriram importância económica, mesmo após a independência e considerando as fases de quebras, de recessões e de crises. Associada à perpetuação histórica, decorre a ausência da modernização e da diversificação produtiva e de iniciativa empresarial, agravando a situação de dependência do exterior no que respeita a um leque alargado de bens.

²¹ A economia informal e paralela têm adquirido importância crescente, como resultado da fragilidade económica e financeira: os mercados de rua e as feiras têm crescido, não só em quantidade, mas sobretudo no que respeita à dimensão, ao número de famílias dependentes destes rendimentos e ao tipo de produtos oferecidos.

distribuindo-se do ponto de vista territorial pelas diferentes localidades, com tendência para a concentração urbana.

O arquipélago é caracterizado por um conjunto de especificidades ambientais, traduzidas: na diversidade paisagística; na preservação dos meios florestais; na densidade da vegetação; no endemismo das espécies de fauna e de flora; na variedade de praias desertas de areia branca, dourada e preta, ou de pedra; na qualidade das águas marítimas, caracteristicamente cristalinas, quentes e ricas em vida animal. Os recursos ambientais santomenses podem assim ser analisados com base na distinção entre potencialidades florestais e heliotrópicas.

A paisagem florestal caracterizada pela abundância, densidade e diversificação dos recursos é alternada pelo surgimento de cursos de água, que conferem ao relevo e à paisagem um traçado irregular – rios, ribeiros, cascatas e ligeiros cursos de água – contribuindo para que a vegetação seja perene, não variando ao longo do ano. Podem ser identificados três níveis (MPF, 1998: 68): a “floresta natural virgem” (28.418ha); a “floresta secundária” (30.111ha); a “floresta de sombra” (32.289ha), atingindo a cobertura florestal 95% da superfície total das ilhas (PNADD, s.d.).

Das diferentes áreas florestais, o Parque Natural Obô é a zona que tem recebido maior atenção, traduzidas em tentativas de regulamentação pelo Estado e intervenção directa por parte de Organizações Não Governamentais, representando ainda um dos pontos de interesse turístico, principalmente para o segmento ecológico. Esta região reúne uma grande diversidade de espécies de fauna e de flora, sendo por esta razão vulgarmente definida como um “laboratório vivo”²². O Parque Natural Obô situa-se nas regiões centro e sudoeste das ilhas, sendo mínima a penetração humana, causada pela desertificação demográfica, pela densidade florestal e pela inexistência de meios de ligação. Nas zonas de transição, mais baixas,

²² A flora é abundante e diversificada: árvores; plantas; frutos tropicais, exóticos e endêmicos. No que respeita à fauna, encontram-se mamíferos, répteis e aves.

denominadas de “floresta de sombra”, o abate de espécies arbóreas nem sempre se tem processado de forma ordenada, respeitando os limites, dadas as necessidades de consumo directo das populações locais, bem como comerciais. Quanto às árvores fruteiras, existentes em grande quantidade e não requerendo cuidados especiais, verifica-se a perpetuação de uma cultura de recolha, no sentido de suprir necessidades alimentares.

Mapa nº 1 – Representação gráfica do Parque Natural Obô na ilha de São Tomé



Fonte: www.stome.net

Em São Tomé e Príncipe, pelas características geográficas e climatéricas, a preservação florestal tem uma tendência espontânea para se efectivar de forma natural, no sentido da renovação: os principais rios e cursos de água doce têm a sua origem no interior do Parque Natural Obô, circulando em direcção ao litoral; a acção humana, apesar de existente, é ainda limitada pelas dificultadas acessibilidades associadas à densidade.

Além da diversidade florestal e da importância reconhecida ao Parque Natural Obô, o arquipélago é dotado de outras potencialidades naturais, nomeadamente as heliotrópicas ou balneares, fundamentadas na característica de insularidade – uma parte da costa santomense é constituída por baías, formando praias desertas ou pouco procuradas, enquadradas por coqueiros e outra vegetação, bem como por formações rochosas. O ecossistema marinho e aquático é abundante e

diversificado, encontrando-se algumas espécies ameaçadas de extinção, como a tartaruga marinha, que habita nas águas territoriais santomenses, utilizando as praias para a reprodução, desova e nidificação.

Pelas características paisagísticas e culturais o turismo é uma actividade potencial, em São Tomé e Príncipe, se bem que evidencie, ao longo dos anos, um desempenho económico e uma importância marginais, tendo o número de entradas de turistas estrangeiros reduzida expressão.

Como destino turístico internacional tem sido secundarizado, sendo preferidas outras regiões:

1. cuja imagem tem sido objecto de maior divulgação, através de acções planeadas de marketing turístico: a Europa, a América e a Ásia;
2. que oferecem serviços turísticos diversificados e concorrenciais;
3. que associam às potencialidades naturais e culturais uma relação adequada entre a qualidade dos serviços prestados e o preço;
4. que são dotados de infraestruturas diversificadas e modernas.

Em São Tomé e Príncipe o desenvolvimento do turismo confronta-se com um conjunto de constrangimentos, tais como os reduzidos investimentos internos que, quando existente, são insuficientes face às necessidades; um empresariado nacional que apresenta fragilidades, evidenciando falta de apoio e de incentivos ao investimento; a inexistência de criação de infraestruturas de ligação e de apoio²³, bem como de recuperação das existentes; o reduzido investimento estrangeiro, efectuado de forma pontual e sectorial; a inexistência de uma política programada de

²³ Existem dois aeroportos – um na ilha de São Tomé e outro na ilha do Príncipe – tendo apenas o de São Tomé capacidade para voos internacionais e manifestando-se insuficiente para a dinamização do turismo já que não permite a aterragem de aviões de grande porte. No que respeita à rede rodoviária, é constituída por um total de 221 km, sendo considerada deficitária e insuficiente, não dispondo de vias alternativas entre os principais pontos do país, nem havendo a possibilidade de efectuar a volta à ilha. No que respeita à acessibilidade por via marítima, não existe porto de águas profundas, o que dificulta que os passageiros dos barcos de cruzeiro possam visitar o arquipélago.

marketing turístico, como forma de captar a procura internacional; a limitada oferta de serviços de hotelaria e de restauração, sendo escasso o aproveitamento dos recursos patrimoniais e arquitectónicos, com interesse cultural e histórico, nomeadamente no que respeita às instalações das antigas unidades agrícolas; a falta de qualificação e a ausência de profissionalização dos grupos profissionais, entre outros aspectos.

A maioria das iniciativas ligadas ao sector turístico – unidades hoteleiras, agências e operadores de turismo – tem natureza privada, sendo em muitos casos dinamizada e promovida por interesses estrangeiros, tanto no que respeita ao investimento como à gestão, resultando de acordos directos com o Estado, que viabiliza concessões²⁴ por períodos de tempo negociáveis e previamente definidos. Em São Tomé e Príncipe, a propriedade dos bens imobiliários explorados pela iniciativa privada, nomeadamente estrangeira, não pode ser adquirida, com carácter definitivo, pelos investidores, procedendo-se a uma instalação temporária, sob a forma contratual.

O incremento do sector requer a aplicação de investimentos a vários níveis com o objectivo de efectivar a modernização, criando infraestruturas de utilidade pública múltipla, que promovam a melhoria das condições de vida das populações locais, o alargamento e a melhoria da capacidade de acolhimento, com diversificação dos serviços oferecidos. Face à inexistência de uma política alargada de incentivo ao investimento e de promoção do turismo como sector privilegiado para a mudança, o Estado santomense manifestou recentemente uma preocupação tanto com a preservação ambiental (“Plano Nacional para o Desenvolvimento Durável), se bem que, apesar das preocupações oficialmente expressas, do ponto de vista regulamentar e fiscalizador não se evidencia correspondência, sobretudo no que respeita à

²⁴ Durante a concessão, as melhorias efectivadas revertem a favor do Estado, sem compensações para o investidor, estando prevista uma retribuição de uma quantia monetária anual, ao Estado, enquadrada pelo Código de Investimento. Os investidores beneficiam de reduções ou isenções fiscais, por períodos variáveis.

exploração de recursos naturais²⁵. Assim, a legislação de enquadramento do sector é acompanhada de uma preocupação com os recursos naturais, principalmente florestais, através da tentativa de regulamentação do Parque Natural Obô, transformando-o numa reserva natural, que viabilize a protecção de espécies.

O turismo é um sector coordenado e fiscalizado pela Direcção de Turismo e Hotelaria (DTH), dependendo do Ministério do Comércio, Indústria e Turismo, tendo atribuições sectoriais específicas (PNUD, 2001: 34), entre as quais a aplicação regulamentar, a classificação hoteleira, a negociação de concessões e a atribuição de licenças de exploração, a planificação da actividade, a emissão de pareceres sobre projectos, a criação de organismos locais e regionais, a promoção turística e a representação internacional do país.

Tal como sucede com o ambiente, a partir de 2000 verificou-se uma preocupação particular, por parte do Estado, com a dinamização do turismo (“Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo na República Democrática de São Tomé e Príncipe”), passando a ser oficialmente considerado como estratégico, sendo promotor de transformações socioeconómicas internas com um carácter de longo prazo, ao nível da educação, da saúde e das infraestruturas, contribuindo para a melhoria das condições de vida da população.

A nível nacional²⁶, o segmento turístico identificado como estratégico, foi o ecológico, privilegiando os meios rurais, procurando integrar e dinamizar diferentes actividades, através da viabilização de projectos agroturísticos associados ao desenvolvimento de programas de contacto com a natureza, entendida como elemento catalizador de interesses e desencadeador de mudanças de longo prazo, no sentido do esperado desenvolvimento sustentável (Brito 2004).

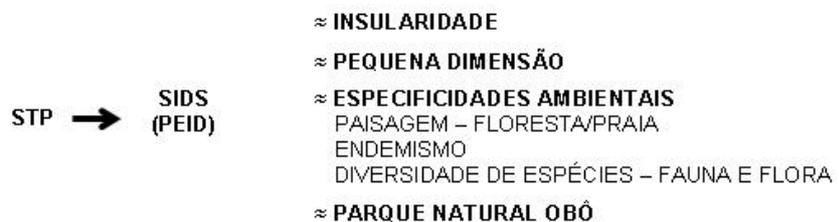
²⁵ Estes são os casos de algumas espécies internacionalmente protegidas como a tartaruga marinha, bem como dos inertes com particular destaque para a areia das praias.

²⁶ O Ministério do Comércio, Indústria e Turismo, organismo da tutela, defendeu o ecoturismo, como estratégia conciliadora de interesses, entre o crescimento económico e a preservação ambiental, mediante um conjunto de acções: “Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo”; a organização e a realização de encontros internacionais e de mesas redondas; a promoção de ateliers comunitários, incentivando a participação dos promotores e dos representantes comunitários.

No decorrer do período em que a investigação teve lugar, o sector encontrava-se em processo de sedimentação, requerendo a adopção e o desenvolvimento de um conjunto de medidas integradas, ao nível regulamentar, económico, social e cultural, através da acção conjugada dos diferentes actores socioeconómicos, políticos e culturais envolvidos.

Os diferentes meios ambientais – florestal, costeiro e marinho – favorecem o desenvolvimento de um conjunto alargado de actividades recreativas, em tempo de lazer e de férias, de natureza pedagógica, educativa e experimental, em contacto directo com a natureza, entre as quais as relacionadas com a observação e o estudo. Atendendo às potencialidades ambientais, o desenvolvimento de actividades, enquadradas pelo segmento do turismo em espaço rural, de natureza, ecológico, caracteristicamente alternativo e responsável, é propício, começando a ter expressão.

Esquema nº 2 – Características e Potencialidades do Agroturismo num Pequeno Estado Insular



AGROTURISMO - ECOLÓGICO

- AUMENTO DE CONHECIMENTOS

(espécies, utilidades medicinais e alimentares, práticas tradicionais)

- OBSERVAÇÃO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

(protecção em habitats naturais – pássaros, anfíbios, répteis, macacos, tartarugas marinhas, baleias, golfinhos)

- CONTACTO COM COMUNIDADES E CULTURAS

(troca de experiências e conhecimentos)

A dinamização pedagógica e a vertente educacional inerente à prática ecoturística e ao turismo em espaço rural permitem, ao visitante, aumentar os conhecimentos sobre a diversidade de espécies arbóreas e vegetais, bem como acerca das potencialidades para fins alimentares e medicinais, pela valorização das práticas

tradicionais. De forma coincidente, é promovida e valorizada a observação de espécies animais em habitat natural, como por exemplo os pássaros, os répteis, os anfíbios e os macacos, podendo associar-se, em função dos casos, a observação da nidificação de tartarugas marinhas, os golfinhos e as baleias. Paralelamente, os contactos entre os visitantes e as comunidades de acolhimento são incentivados, pelo que o intercâmbio de conhecimentos e a troca de experiências são naturalmente viabilizados.

As potencialidades turísticas do arquipélago têm também um fundamento no factor humano, já que o desenvolvimento das actividades é promovido a partir das comunidades locais. Os contactos entre o visitante e os grupos comunitários são incentivados, com o objectivo de trocar experiências e partilhar conhecimentos. O visitante procura o contacto directo com a população local, manifestando receptividade para conversar, ouvir histórias, recolher informações, apreender os traços culturais, o mais autênticos possível, enquanto que a população local, além de ter uma grande curiosidade acerca dos modos de vida dos visitantes, encara os contactos que se venham a estabelecer como uma forma de rentabilizar os recursos locais: conhecimentos tradicionais; alimentos; produção artesanal e artística.

O objectivo principal do projecto foi a reabilitação arquitectónica da “Casa Grande”, que teve início em 1996, e dependências, apenas iniciado em 2003, revelando-se ser um processo lento e influenciado por factores condicionantes. O projecto dispõe de três quartos, com capacidade máxima de acolhimento para seis pessoas, estando em fase de alargamento, sendo os principais serviços directos prestados, o alojamento e a restauração.

As principais categorias turísticas são a de lazer, de natureza com características rurais e a cultural, sendo as motivações do turista o ambiente tranquilo favorável à observação e à contemplação e a possibilidade de efectuar percursos pedestres. O turista tipo é o explorador, o amante da natureza, que viaja em pequenos grupos ou que efectua directamente os contactos com os promotores.

O incremento de actividades ecoturísticas em espaço rural tem sido favorecido pelas características ambientais do meio: é uma roça; situa-se numa região florestal, rodeada de densa vegetação, onde habitam espécies endémicas faunísticas e florísticas; são privilegiados os percursos pedestres de reconhecimento e de contacto com a natureza; coabitam diferentes comunidades locais caracterizadas por padrões culturais tradicionais.

Foto nº 5 – A Roça do Chamiço



Fonte: Brito (2004)

Com o projecto foram criados postos de trabalho de prestação de serviços turísticos, tendo em 2003, nove trabalhadores directos em permanência, sendo incentivada a continuidade da produção agropecuária.

No que respeita aos problemas ambientais foram promovidas reuniões de sensibilização com representantes comunitários, com o objectivo da preservação ambiental, florestal, da capinagem e limpeza dos caminhos florestais e da protecção de espécies animais, sendo de todos os casos estudados o que evidencia resultados mais frágeis a este nível.

A Colónia Açoreana é uma empresa agroturística que procura conjugar diferentes actividades produtivas, entendidas como complementares, de forma a dar

continuidade ao sector produtivo tradicionalmente mais importante, a agricultura.

As comunidades residentes, caracterizadas pela antiguidade – Colónia e Santa Cecília – estão vocacionadas para o sector primário, privilegiando o consumo familiar e a venda de excedentes: produção agrícola e criação de gado. As condições de vida das comunidades revelaram-se precárias: casas que apresentam cuidado exterior mas com os problemas internos comuns às restantes roças: coabitação de elevado número de indivíduos; falta de meios de saneamento, salubridade e iluminação; inexistência de água potável e corrente; e ausência de casas de banho.

A preocupação inicial inerente ao projecto foi a rentabilização dos recursos disponíveis²⁷, pelo que, em 1995, se procedeu à reabilitação das antigas casas de apoio à “Casa Grande”, mediante a utilização de materiais disponíveis, de forma a preservar o traçado original e o ambiente. Após a conclusão da reabilitação das casas em 2003, uma das prioridades passou a ser a dinamização turística, já que cada casa dispõe de dois quartos, com uma capacidade máxima total de acolhimento de 19 pessoas. Os serviços directos prestados são o alojamento associado à restauração, sendo privilegiadas as visitas guiadas ao museu e a venda de produtos agrícolas típicos e localmente transformados através de técnicas artesanais, já que o projecto se encontra em fase inicial de implementação.

²⁷ A roça dispõe de referências culturais identitárias, como aparelhos de comunicações e máquinas antigas, objectos de valor histórico e patrimonial, que viabilizaram a criação de um museu.



Fonte: Brito (2004)

Apesar da exploração estar ainda no início, as principais categorias turísticas são as relacionadas com o lazer, a natureza, o turismo rural e cultural, relacionando-se as motivações dos visitantes com a história da roça, o contacto com as comunidades locais e a fotografia. O turismo ecológico em espaço rural tem sido favorecido pelas características ambientais do meio: a possibilidade de desenvolver a prática balnear, pela proximidade de algumas praias (Praia Colónia e da Praia das Sete Ondas); pelas características do meio florestal. O turista tipo é definido como amante da natureza, viajando em pequenos grupos, visitando informalmente a roça, ou mediante contacto directo com os promotores.

Os contactos entre promotores e comunidades locais são permanentes e fundamentados em princípios de reciprocidade e colaboração, sendo valorizadas as sugestões e incentivada a troca de ideias, reconhecendo-se que os benefícios decorrentes da implementação da iniciativa são múltiplos e duradouros. O principal benefício para as comunidades relaciona-se com a criação de emprego e a

consequente possibilidade de aumentar os rendimentos das famílias, associando a disponibilidade financeira à melhoria das condições de vida.

No que respeita aos principais problemas ambientais, tem sido incentivado um trabalho de parceria, nomeadamente para limpeza das áreas comuns, ruas e jardins, através de acções de sensibilização e de envolvimento comunitário.

5. Aspectos conclusivos

Em São Tomé e Príncipe, o turismo é um sector que se encontra em fase de implementação, evidenciando uma tendência para a expansão da oferta turística, com diversificação dos produtos, destacando-se a importância do turismo em espaço rural, simultaneamente promotor de preservação ambiental, de protecção de espécies e de valorização cultural.

Os casos de turismo em espaço rural analisados na ilha de São Tomé são classificados como microprojectos de âmbito local, pela reduzida dimensão que os caracteriza, pela baixa densidade, pelo atendimento personalizado, pela gestão local e pelos efeitos gerados terem, em termos territoriais, um carácter localizado.

Estes projectos procuram: evidenciar as potencialidades naturais; contribuir para a preservação das zonas florestais e costeiras; proteger espécies; incentivar os contactos entre diferentes actores, privilegiando o papel das comunidades locais, envolvendo-as nas iniciativas e valorizando as práticas culturais tradicionais.

Apesar de apresentarem traços específicos, diferenciando-se pelo historial do projecto, pela metodologia adoptada e pelos resultados obtidos, as cinco iniciativas de turismo em espaço rural são, de uma forma geral, entendidas como promotoras de desenvolvimento alternativo, incentivando o envolvimento comunitário e a participação das populações locais nas diferentes actividades desenvolvidas, atendendo para o objectivo da sustentabilidade. Nestes casos, a participação e o envolvimento comunitários são particularmente estimulados pelos promotores dos projectos e bem recebidos por parte das populações locais, mediante a realização de

reuniões com líderes e representantes comunitários, em sessões pontuais, ou por solicitação de colaboração para o desenvolvimento de tarefas específicas.

Dos casos analisados, podem referir-se alguns elementos comuns e que contribuem para a clarificação do turismo em espaço rural no arquipélago.

Assim:

1. a opção dos promotores pela implementação de projectos agroturísticos integrados, associando às actividades produtivas tradicionais a dinamização turística, procurando manter as principais características arquitectónicas, de origem colonial,
2. a preocupação evidenciada com a preservação ambiental e a protecção de espécies, apoiada pelas populações locais, e traduzida na realização de reuniões e acções de sensibilização,
3. o turista tipo que procura visitar e alojar-se nas roças é caracteristicamente alocêntrico, explorador e amante da natureza, procurando associar o contacto com os meios envolventes e com as comunidades locais.

Da mesma forma, as cinco iniciativas distinguem-se pelas particularidades que caracterizam cada experiência, nomeadamente as que se relacionam com o investimento pessoal dos promotores, com a história de vida do projecto e pela intensidade dos contactos entre os diferentes actores envolvidos.



Dos casos analisados, o mais bem sucedido é o pioneiro, a Roça de S. João, por apresentar resultados efectivos no que respeita à preservação ambiental, à criatividade dos promotores, à especificidade dos mecanismos participativos e de promoção do envolvimento comunitário, mas também pelo reforço da auto-estima, aprofundando o sentimento identitário, permitindo a fixação territorial das populações. Esta é a experiência que melhor ilustra a atenção com a qualificação funcional, com a criação de emprego, a partir da diversificação e da reconversão profissional, sobretudo dos mais velhos, minimizando os efeitos da exclusão pela idade, processo que em São Tomé e Príncipe tem adquirido significado. No que respeita à sustentabilidade, é também o caso que melhor exemplifica, por ser um projecto perspectivado no longo prazo, nas diferentes fases: de reabilitação arquitectónica; de reorganização produtiva; de criação artística.

De uma forma geral, e em jeito de conclusão, pode dizer-se que as acções de sensibilização comunitária e as reuniões formativas, têm procurado responder aos principais problemas decorrentes da sobrexploração e de consumo de recursos

naturais, assumindo uma função preventiva, funcionando como metodologia “correctiva” dos desequilíbrios existentes.

As iniciativas de turismo em espaço rural permitem um intercâmbio cultural diversificado, entre actores diferenciados, destacando-se os turistas e as populações locais, permitindo a apresentação e a divulgação de traços culturais tradicionais, bem como a aprendizagem mútua proporcionada pelos contactos interculturais.

Referências

AMARO, R. R. (2004) - **Desenvolvimento – um conceito ultrapassado ou em renovação? – Da teoria à prática e da prática à teoria.** Cadernos de Estudos Africanos, nº 4

___ (1998) - **O desenvolvimento local em Portugal: as lições do passado e as exigências do futuro.** A Rede para o Desenvolvimento Local, Novembro, Ed. Especial.

___ (1991) - **Métodos e etapas de elaboração de um plano de desenvolvimento regional e/ou local.** Lubango.

___ (1990) - **O puzzle territorial dos anos 90: uma territorialidade flexível.** Vértice, nº33, Dezembro.

AMARO, R. et al (1999) - **Análise das necessidades e das potencialidades da Freguesia de Santa Marinha (Concelho de Vila Nova de Gaia) numa perspectiva de criação de emprego e de desenvolvimento local,** Lisboa, PROACT e S.A.E./ISCTE.

BAPTISTA, M. (1990) - **O turismo na economia: uma abordagem técnica, económica, social e cultural**. Lisboa, Instituto Nacional de Formação Turística.

BARRÉ, H. et MICHAUD, J. (1997) - **Culture, tourisme, développement: les enjeux du XXIème siècle**, Table ronde d'experts organisée à Paris, UNESCO/AIEST, Collection culture et développement, Paris.

BELL, J. (1997) - **Como realizar um projecto de investigação**. Lisboa, Gradiva.

BRITO, B. (2004) – **Turismo Ecológico: uma via para o Desenvolvimento Sustentável em S. Tomé e Príncipe**. Lisboa, ISCTE (Tese de Doutoramento, pol).

___ (2003a) - S. Tomé e Príncipe, um Pequeno Estado Insular em contacto com o Mundo in **Janus2004**, Anuário de Relações Exteriores, Lisboa, Universidade Autónoma de Lisboa – Jornal Público

___ (2003b) - Turismo Ecológico e Desenvolvimento Sustentável em S. Tomé e Príncipe in **Revista Piá**, S. Tomé e Príncipe, Junho

___ (2002) - Do Lazer à Prática Turística: Contributos para Análise, **Anais de Sociologia**, Série III, Lisboa, Universidade Autónoma de Lisboa

___ (2000a) - O Turista e o Viajante: Contributos para a Conceptualização do Turismo Alternativo e Responsável, **Actas do IV Congresso Português de Sociologia**, Coimbra, APS.

— (2000b) - Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento in SANGREMAN, C. et al (2001) **A Cooperação Portuguesa de Segunda Geração, Programa Indicativo de Cooperação, S. Tomé e Príncipe, 2002-2004**, Estudos Preparatórios: Luta contra a Pobreza. Lisboa, Instituto da Cooperação Portuguesa

BULL, A. (1994) - **La Economía del sector Turístico**. Madrid, Alianza Editorial.

CATER, E. et LOWMAN. G. (1994) - **Ecotourism. A sustainable option?** Chichester, John Wiley and Sons

CHAVES, M. C. (1994) - A dimensão ecológica do desenvolvimento. Elementos de reflexão sobre o conceito de ecodesenvolvimento in **Cadernos de Ciências Sociais**, Porto, Ed. Afrontamento, nº 14, Janeiro.

COMISSÃO MUNDIAL DO AMBIENTE E DO DESENVOLVIMENTO (1987) - **O Nosso Futuro Comum**. Lisboa, Liber.

CUNHA, L. (1997) - **Economia e Política do Turismo**. Lousã, McGraw-Hill.

DAG HAMMARSKÖLD FOUNDATION (1982) - **What Now? Another Development**. The 1975 Dag Hammarsköld Report on Development and International Cooperation. Sweden, Motala Gafiska.

DAVIDSON, R. (1992) - **Tourism in Europe**. Londres, Pitman Publishing.

DAVIS, T. (1999) - **What is sustainable development?**
(www.menomnee.com/sdi/articles/whatis.htm)

DIEREN, W. (1995) - **Taking nature into account. A report to the Club of Rome.**

New York, Springer-Verlag.

DUNCAN, S. (1986) - What is locality? Working paper, nº 51, **Urban and Regional Studies**, University of Sussex, Brighton.

FINNEY, M. (1989) - Áreas protegidas - serão o turismo, o recreio e o lazer actividades compatíveis? In **Actas do 2º Congresso de Áreas Protegidas**, Lisboa, Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza

FORTUNA, C. et FERREIRA, C. (1996) - **O Turismo, o turista e a Pós-Modernidade.** Coimbra, Oficina do CES. Centro de Estudos Sociais, Outubro, nº 80.

FRIEDMANN, J. (1992) - **Empowerment, the politics of alternative development.** Cambridge, Blackwell.

GARCÍA, J. (1997) - **Psicosociología del Ocio y del Turismo.** Málaga, Ediciones Aljibe.

HARRIS, J. et al (2001) - **A survey of sustainable development. Social and economic dimensions.** Washington, Island Press.

HENRIQUES, J. (1990a) - Subdesenvolvimento local, iniciativa municipal e planeamento territorial. **Sociedade e Território**, nº 12.

___ (1990b) - **Caminhos possíveis, iniciativa municipal e desenvolvimento.** Lisboa, Municipalis.

HONEY, H. (1999) - **Ecotourism and sustainable development**. Washington, Island Press.

JOAQUIM, G. (1994) - **Turismo e Ambiente: complementaridade e responsabilidade. Contribuição para uma abordagem sociológica do fenómeno turístico**. Lisboa, ISCTE, Setembro (pol.)

___ (1997) - Da Identidade à Sustentabilidade ou a Emergência do «Turismo Responsável» in **Sociologia Problemas e Práticas**, nº 23.

KORTEN, D. (1992) - **People-centered development: alternative for a world in crisis** in BAUZON, K. (1992) **Development and democratization in the third world: myths, hopes and realities**. New York, Crane Russak.

LANFANT, M. F. (1991) - **Tourisme Internationale Reconsiderée: Milieu exclu, tiers exclu? Le principe de l'alternative**. **Les cahiers du tourisme**, nº 165, série C, Aix-en-Provence, Centres des Hautes Études Touristiques.

LANFANT, M. F. et al (1995) - **International Tourism, identity and change**. Surrey, Sage Publications.

LANQUAR, R. (1985) - **Sociologie du tourisme et des voyages**. Paris, PUF.

LIMA, C. (1997) - **Angola no contexto da turistificação do mundo: análise de um processo**. Lisboa, ISCTE (Tese de Mestrado, pol.)

LIMA, S. et PARTIDÁRIO, M. R. (2002) - **Novos turistas e a procura da sustentabilidade, um novo segmento de mercado turístico**. Lisboa, GEPE, Ministério da Economia

MARQUES, V. S. (1998) - **O futuro frágil: os desafios da crise global do ambiente**. Lisboa, Pub. Europa América.

McCANNEL, D. (1973) - Staged authenticity: arrangements of social space in **Tourist Settings**. *American Journal of Sociology*, 79.

___ (1989) - **The tourist. A new theory of the leisure class**. Nova Iorque, Schocken Books

MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO E FINANÇAS (1998) - **São Tomé e Príncipe, uma retrospectiva. Estudo Nacional de Perspectiva a Longo Prazo**, Projecto STP/95/004.

MORENO, L. (2002) - **Desenvolvimento local em meio rural, caminhos e caminhantes**. Lisboa, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras (tese de doutoramento).

OMT (2001) - **Conférence sur le développement et la gestion durables de l'écotourisme dans les petits états insulaires en Développement et autres petites îles**. Mahé, *Décembre*

___ (1999) - **Guía para Administraciones Locales: Desarrollo Turístico Sostenible**. Madrid, Organización Mundial del Turismo.

PEARCE, D. (1993) - **Géographie du tourisme**. Paris, Éditions Nathan.

PEARCE, D. et PROOPS, J. (1996) - **Models of sustainable development**. Brookfield, Wallace e Oates

PLANO NACIONAL DO AMBIENTE PARA O DESENVOLVIMENTO DURÁVEL (s.d.). - S. Tomé e Príncipe

PNUD (1998) - **Relatório do Desenvolvimento Humano São Tomé e Príncipe 1998**. San Sebastian, Egia.

PNUD/OMT (2001) - **Plan stratégique pour le développement du tourisme**. République Démocratique de São Tomé e Príncipe (STP/01/004), Vol. 1, 2, 3, Madrid

REDCLIFT, M. (1992) - **Sustainable development. Exploring the contradictions**. London, Routledge.

RIDDELL, R. (1981) - **Ecodevelopment - economics, ecology and development, an alternative to growth imperative models**. New York, St. Martin's Press

RODRIGUES, A. (1998) - Turismo eco-rural in ALMEIDA, A., RIEDL, M. et FROELICH, J. (1998) **Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável**. Centro de Ciências Rurais

RUSCHMANN, D. (1997) - **Turismo e planejamento sustentável**. S. Paulo, Papirus.

SACHS, I. (1986) - **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. S. Paulo, Vértice

SILVA, A. S. (2000) - **Produto nacional vivo, uma cultura para o desenvolvimento in Cultura e Desenvolvimento, Estudos sobre a relação entre Ser e Agir.** Oeiras, Celta.

SILVA, M. (1999) - **Novas desigualdades, novas solidariedades e a reforma do Estado – uma breve reflexão,** Coimbra, Colóquio Comemorativo dos 20 anos da Revista Crítica de Ciências Sociais (<http://www.ces.fe.uc.pt>).

___ (1965) - **O desenvolvimento comunitário como técnica de aceleração do desenvolvimento sócio-económico in Desenvolvimento Comunitário, Seminário de estudo sobre desenvolvimento comunitário e técnicas auxiliares de promoção social comunitária.** Lisboa, Ministério da Saúde e Assistência.

STÖHR, W. (1990) - **Global challenge and local response.** London, Mansell

SYRETT, St. (1995) - **Local development.** Avebury, Ashgate Publishing Company.

TRINDADE, A. (1997) - **Turismo Português: Reflexões sobre a sua Competitividade e Sustentabilidade.** documentos de Trabalho, Lisboa, Gabinete de Estudos e Prospectiva Económica. Ministério da Economia.

VALLS, J. F. (1996) - **Las Claves del Mercado Turístico, Como competir en el nuevo entorno.** Bilbao, Ed Deusto.

VIEIRA, J. (1997) - **A Economia do Turismo em Portugal.** Lisboa, publicações Dom Quixote.

ZAPATA, T. et al (2001) - *Desenvolvimento local: estratégias e fundamentos metodológicos*

in SILVEIRA, C.; REIS, L. (2001) **Desenvolvimento local: dinâmicas e estratégias.**

Rio de Janeiro, RITS.

<http://www.stome.net>